

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.14022019183-191>

REFLEXÕES SOBRE O “MITO” DA CEGUEIRA OU A CONSTRUÇÃO DE UMA “POLÍTICA DA CRISE” RÉFLEXIONS SUR LE « MYTHE » DE LA CÉCITÉ OU LA CONSTRUCTION D’UNE « POLITIQUE DE LA CRISE »

Débora Massmann*

Patricia Massmann**

Resumo: Este artigo se inscreve no domínio da análise de discurso, tal como proposta por Pêcheux (1969) e Orlandi (2002) e propõe uma reflexão sobre a chamada “crise nas universidades” no Brasil. Observando o processo de produção de sentidos na história, trabalhamos com a memória discursiva e analisamos o funcionamento dos “discursos de” e “dos discursos sobre” (ORLANDI, 1990) a crise nas universidades. As análises apresentadas pretendem contribuir para a compreensão dos sentidos que vem sendo produzidos em torno de um fenômeno que vamos chamar de “política da crise”. A “política da crise” vem sendo construída pelos “discursos sobre” que se sustentam em práticas de consenso (RANCIÈRE, 1996) e em discursos autoritários.

Palavras-chave: Análise de discurso. História. Memória discursiva. Universidade. Crise.

Résumé: Cet article s’inscrit dans le domaine de l’analyse du discours, telle que définie par Pêcheux (1969) et Orlandi (2002) et il propose une réflexion sur la “crise dans les universités” au Brésil. En observant le processus de production de sens dans l’histoire, nous travaillons avec la mémoire discursive et nous analysons le fonctionnement des “discours de” et des “discours sur” (Orlandi, 1990) la crise dans les universités. Les analyses présentées visent à contribuer à la compréhension des sens qui sont produits autour d’un phénomène que nous appellerons “politique de la crise”. La “politique de la crise” est construite par les discours sur lesquels se fondent dans les pratiques de consensus (Rancière, 1996) et les discours autoritaires.

Mots-clés: Analyse du Discours, Histoire, Mémoire Discursive. Université. Crise.

Recebido em: 06/10/2019. Aprovado em: 31/10/2019

O “MITO” DA CEGUEIRA

Por que foi que cegamos?

Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão.

Queres que te diga o que penso?

Diz!

Penso que não cegamos, penso que estamos cegos.

Cegos que veem.

Cegos que, vendo, não veem.

José Saramago

* Doutora. Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: deboraquel.hm@gmail.com

** Doutoranda (Bolsa Filantropia Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e Bolsa CAPES/PROSUP) Mestre e Advogada. Centro Universitário UNIMetrocamp|Wyden. Email: brasil.pbrasil@gmail.com

A obra, “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago, descreve, sob a forma de texto ficcional, a súbita chegada e a instalação de uma epidemia de cegueira. Na apresentação pública da obra, Saramago (2019, s/p) destacou que, com este livro

francamente terrível, [...] quero que o leitor sofra tanto como eu sofri ao escrevê-lo. Nele, se descreve uma longa tortura. É um livro brutal e violento e é simultaneamente uma das experiências mais dolorosas da minha vida. [...] Através da escrita, tentei dizer que não somos bons e que é preciso que tenhamos coragem para reconhecer isso.

Na ficção, a cegueira é usada metaforicamente para tratar das questões contemporâneas. Lançada em 1995, a publicação traz uma descrição simbólica da sociedade que nos parece ainda muito atual: a cegueira em relação aos problemas políticos, econômicos e sociais que parecem resultar da voracidade do capitalismo.

Na metáfora de Saramago, transformam-se em cegos aqueles que só conseguem “ver” e compreender o simbólico em sua superficialidade, sem problematizar e refletir sobre o funcionamento da ideologia nos processos de significação e de individuação na sociedade e na história. Em nosso gesto de leitura, inscrito nas condições de produção de nosso tempo, podemos considerar cegos aqueles que, em determinadas condições de produção, não questionam e não compreendem o funcionamento (e os perigos iminentes) de discursos que convencem o grande público sustentados em argumentações falaciosas e jogos de linguagem. Dito de outro modo, em nossa leitura, cegos são aqueles que acreditam nas evidências que “fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1995, p. 146). No cenário de caos retratado na obra, é possível observar que poucas são as personagens que escapam da “doença”. Em nossa leitura, entendemos que não são acometidos pela cegueira apenas aqueles que refletem sobre a relação do simbólico com o político, como aqueles que percebem o funcionamento da linguagem para além de sua transparência.

Ao alertar para um grande problema da sociedade contemporânea, a “cegueira branca”, Saramago coloca em funcionamento alguns dos principais objetivos da arte, a saber, provocar o público, produzir rupturas e criticar aquilo que é dado como estável. Compreende-se assim que a literatura, a arte que se materializa no traço das/nas letras e, conseqüentemente, nas e pelas palavras, também tem a função de desestabilizar sentidos que circulam, se fundam e se emaranham nas práticas de consenso tão comuns em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, “a literatura, assim como qualquer manifestação artística, é discurso, é política e, sobretudo, resistência” (MASSMANN, 2018, p. 44). Já as práticas de consenso¹ apresentam e (re)produzem sentidos engessados, homogêneos, sentidos coercitivamente construídos para que não sejam questionados. Aqui, o dissenso, a possibilidade de rupturas e de produção de outros sentidos são inexistentes. Nas práticas de consenso, explica Rancière, “cada vez mais há uma saturação ‘*policière*’ da política [...]. Todos os grupos e problemas entraram nessa lógica, de realizar pactos para fixar os limites do possível, com parceiros sociais definidos e já identificados e integrados”. (RANCIÈRE, 1995, s/p).

¹ Aqui, tomamos a noção de “consenso” a partir da obra de Jacques Rancière.

Compreendemos assim que enquanto a arte se inscreve na tipologia do discurso lúdico², isto é, “aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal (enquanto objeto, enquanto coisa) e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta (o exagero é o *non sense*)” (ORLANDI, 1996, p. 15); as práticas de consenso, por sua vez, se filiam à tipologia do discurso autoritário, em que, segundo Orlandi (idem), “o referente está ausente, oculto pelo dizer, não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando)”.

Analisando as especificidades do discurso lúdico e do discurso autoritário, é possível compreender que o “fenômeno” da cegueira branca, descrito por Saramago, parece ser consequência de uma certa hegemonia de discursos autoritários que tentam fazer crer que há apenas um sentido possível e uma única história. Se não fosse uma obra ficcional, a narrativa do autor português poderia ser considerada o registro autêntico da atual conjuntura brasileira. Nossa sociedade (ou melhor, grande parte dela) está cega. Parafraseando, podemos dizer que a sociedade está em crise. Mas que crise? Crise política? Crise econômica? Crise social? Crise das instituições?

A busca por respostas nos conduz necessariamente à análise do funcionamento de um processo histórico de produção de sentidos em torno da constituição da sociedade brasileira. Temos consciência de que uma reflexão dessa envergadura impõe um estudo mais amplo que, muito provavelmente, não caberia nos limites deste artigo científico. Desse modo, compreendendo que a reflexão sobre essas questões é inadiável, neste estudo, vamos tratar, especificamente, da chamada “crise nas universidades”. Tentaremos assim contribuir para a compreensão dos sentidos que vêm sendo produzidos em torno de um fenômeno que vamos chamar de “política da crise”.

EM TERRA DE CEGOS, AINDA (H)Á ANÁLISE DE DISCURSO

Fundamentado na análise de discurso, tal como proposta por Pêcheux (1969) e Orlandi (2002), este estudo busca compreender a discursividade da crise que vem sendo produzida em torno das instituições públicas de ensino superior e do conhecimento científico ali produzido. A análise de discurso se apresenta como um domínio disciplinar cujo interesse está em refletir e analisar a linguagem na sua relação com a sociedade. A partir deste dispositivo teórico-analítico, busca-se investigar e compreender os processos de significação que são postos em funcionamento nas diferentes produções de linguagem.

O papel da análise de discurso, segundo Orlandi (2002, p. 26), é compreender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Para isso, essa teoria se interessa pelos gestos de interpretação que são produzidos na relação entre sujeitos e sentidos, pois, como destaca Orlandi (2006, p. 24) “face a qualquer objeto simbólico, o sujeito é instado a interpretar, pois ele se encontra na necessidade de ‘dar’ sentido. O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significação, é tornar possíveis gestos de interpretação”.

² Confira ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

Observa-se aí que sujeito e sentido constituem elementos fundamentais de qualquer reflexão de e sobre a linguagem na perspectiva discursiva. De fato, para análise de discurso, todo e qualquer dispositivo de análise deve ser organizado tomando como ponto de partida a língua (consequentemente, o sentido), o sujeito e a história, pois “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 47). É a partir deste tríptico elementar (língua, sujeito e história³) aos estudos discursivos que podemos compreender o funcionamento da significação e que podemos, também, analisar as condições de produção, a ideologia, a memória discursiva entre outros elementos que afetam o funcionamento da interpretação.

Podemos dizer que com a Análise de Discurso, inaugura-se um novo espaço de reflexão sobre o funcionamento da linguagem em que a história possui um papel fundamental nos processos de significação. Para Pêcheux (1969), o sentido de uma palavra não existe em si mesmo. Isso acontece porque, segundo o autor, ele é determinado e afetado pelas posições ideológicas que estão em funcionamento no processo sócio histórico de produção da linguagem. Ou seja, o sentido também tem história uma vez que é produzido e enunciado a partir de certas posições que são sustentadas por aquele que fala a partir do lugar de onde fala, afinal, como destaca Orlandi (2002, p. 39), “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Trata-se das formações discursivas⁴ que projetam na linguagem as formações ideológicas: “as palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Orlandi, 2006, p. 17).

É, pois, fundamentadas na teoria discursiva que, nesta reflexão, analisamos os sentidos produzidos em torna da “política da crise” nas Universidades brasileiras.

POR QUE FOI QUE CEGAMOS?

Em um texto publicado em 1985, Zilton de Andrade, então diretor da Fundação Oswaldo Cruz, lança o seguinte questionamento “Que se passa com a Universidade brasileira?”. Segundo Andrade (1985, p. 277), as universidades brasileiras, até aquele momento, viviam permanentemente em crise: faltavam investimentos (sobretudo na pesquisa), faltava infraestrutura, faltava valorização dos professores e pesquisadores, faltavam pessoas qualificadas etc. Já naquela época, a crise nas universidades brasileiras era crônica, pois, como destaca o autor,

³ Para a Análise de Discurso, teoria de linguagem que se filia ao materialismo histórico, proposta, na França, por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni P. Orlandi, a história possui um papel fundamental nos processos de significação. Orlandi (2002, p. 47) destaca que a “Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas também essa [...] não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai se chamar a forma material [...] que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica.”

⁴ De acordo com Orlandi (2006, p. 17), “chamamos então de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito.

em nosso tipo de desenvolvimento dependente, não se espera que a Universidade seja inquieta, contestatória, renovadora, mas sim dócil e ordeira, para produzir os técnicos para operar as máquinas sofisticadas, mas não para inventá-las ou modificá-las; para refletir e acompanhar os avanços científicos e artísticos dos povos mais desenvolvidos, mas não necessariamente para gerar aqui novos avanços e novas contribuições. Na realidade, face à grandeza e ao potencial do nosso país e do nosso povo, vamos ter de caminhar para uma Universidade que se integre na sua comunidade e seja fator precípuo de progresso e de mudanças (ANDRADE, 1985, p. 278).

A publicação de Andrade nos permite compreender que os sentidos de crise atravessam a história e a memória das universidades brasileiras, em especial, das universidades públicas. De fato, para elas, a regra sempre foi lidar com diferentes dificuldades (sobretudo, de verbas e de infraestrutura) que afeta(va)m o ensino, a pesquisa e a extensão. Se toda regra tem uma exceção, no “universo” das instituições públicas de ensino superior, a exceção era ter recursos para fazer a estrutura funcionar.

Da época em que o texto de Andrade foi publicado até os dias de hoje, o país assistiu a uma verdadeira gangorra no que se refere aos investimentos. Entre 2001 e 2014, os incentivos financeiros vinham crescendo ainda que discretamente. Os governos pareciam enfim compreender que a educação deveria ser sua prioridade. Neste período, as Universidades públicas começaram a ter um orçamento minimamente à altura de suas necessidades e de suas responsabilidades. Isso impulsionou fortemente a produção e a circulação do conhecimento científico, bem como a formação de profissionais qualificados. No período, a área de ciência e tecnologia apresentou avanços importantes. Houve também amplo crescimento na qualificação em alto nível com a titulação de um número expressivo de mestres e doutores.

No período de 2014 a 2018, com a chegada de mais uma crise econômica, a comunidade acadêmica conheceu o outro lado da gangorra. Os investimentos caíram bruscamente, como podemos observar, na tabela⁵ abaixo referente aos repasses do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) destinados à pesquisa nas universidades:

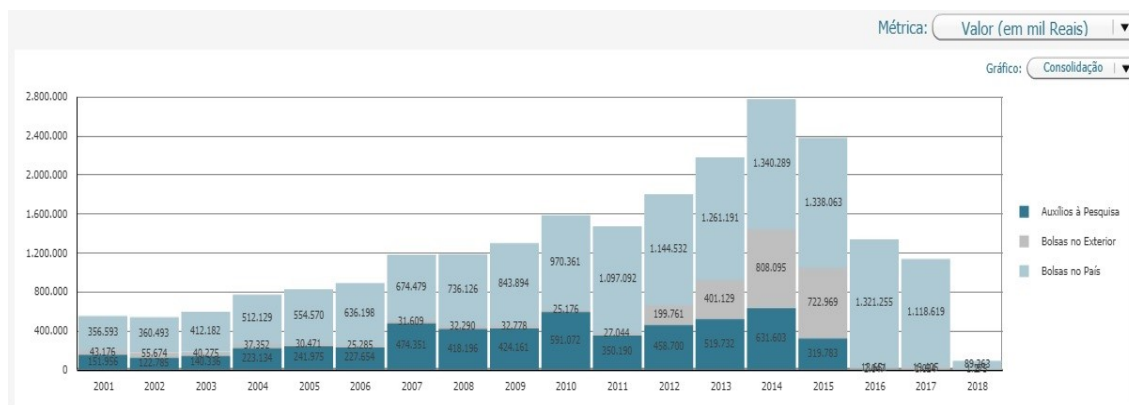


Tabela 1: Número de bolsas e auxílios à pesquisa concedidos pelo CNPq

⁵ Fonte: CNPq. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/painel-de-investimentos>. Acesso em: 28 set. 2019.

A falta de recursos é só a ponta do iceberg. O que tem preocupado a comunidade acadêmica, além dos cortes orçamentários, é um movimento que, aliado à crise política e econômica, vem tentando desacreditar o conhecimento científico. Como exemplo disso, podemos citar, a tese do terraplanismo, a negação das mudanças climáticas e o movimento antivacinas, entre outros, que vêm conquistando muitos adeptos. Trata-se de uma postura que, dentre outros efeitos de sentido, produz um posicionamento anticiência ou, em outras palavras, que tenta minar o conhecimento científico e as pesquisas que o embasam. Para a professora Esther Colombini (2019)⁶, há uma mudança em relação à valorização da educação e da ciência:

Trabalhamos muito além do nosso expediente normal para alavancar a ciência e inovação – agora somos tratados como o problema e não como o que ainda funciona na esfera pública. Porque é claro que a universidade pública tem problema, mas é de longe uma das poucas coisas que realmente funciona. O que me desanima é as pessoas não enxergarem o que é a universidade, tratando-a como inimiga do povo.

De nossa parte, com base na leitura que temos feito, esses acontecimentos (tais como cortes e contingenciamento de verbas das instituições públicas de ensino superior, desvalorização da educação, descrédito no conhecimento científico, movimento anticiência etc.) dão a conhecer a instalação de uma “política da crise”. Política esta que vai sendo construída por meio uma discursividade que se funda em práticas de consenso (RANCIÈRE, 2006), ou melhor, em um discurso dominante em que se relaciona a racionalidade política ao consenso e este ao princípio mesmo da democracia. Segundo Rancière (2006, p.367), quando se comemora o consenso nacional, ressurgem

as formas mais brutas, mais arcaicas, da guerra étnica, da exclusão, do racismo e da xenofobia. O discurso oficial celebra a vitória da razão consensual sobre as formas arcaicas e irracionais do conflito político. Mas o que corresponde a essa suposta vitória da razão modernista é o retorno de um arcaísmo bem mais radical: o retorno da velha irracionalidade da lei do sangue. Habitualmente tais fenômenos são tratados em termos de atraso, de transição, de defasagem. São considerados como fenômenos de adaptação difícil e resistência temporária às exigências da nova racionalidade.

Compreendemos com Rancière que esse retorno do irracional (como pode ser o caso dos acontecimentos que têm sustentado a produção da “política da crise”) se coaduna a certa ideia de razão política. Ou seja, as novas irracionalidades se conjugam com a razão política promovendo assim práticas de consenso dos discursos dominantes em detrimento da racionalidade que é própria da política. Consequentemente, isso vai fortalecendo a construção de um imaginário popular que remete à crise da ciência e da educação superior (pública) do Brasil. A cegueira está instalada!

A redução de investimentos para pesquisas e o contingenciamento de verbas são fatos inquestionáveis e consolidam a instalação dessa política da crise que vem sendo materializada e sustentada por meio de discursos autoritários. Esses discursos desconhecem o *savoir-faire* acadêmico e na busca por argumentos defender sua posição se amparam em falácias, *FakeNews*, juízos de valor e opiniões pessoais e limitadas.

⁶ Idem.

De acordo com Andrade (1985, p. 278), uma sociedade que não valoriza a ciência e a educação se torna “dependente, desigual, atrasada”. Em seu posicionamento, o autor considera que uma sociedade que “descarta da sua Universidade e não a inclui como, e nem exige que seja, a alavanca propulsora” do desenvolvimento científico, político, econômico e social se torna submissa e subordinada. Inscrevendo-se na mesma direção argumentativa, o neurocientista brasileiro, Miguel Nicolelis (2019), ao ser questionado sobre a situação atual das universidades públicas no Brasil, criticou a redução de verbas, a perseguição às ciências humanas e o enfraquecimento da ciência. Para ele, o estrangulamento das universidades públicas pode comprometer a soberania do país:

O Brasil estava tendo uma ascendência meteórica com os investimentos que foram feitos tanto pelo Ministério da Educação quanto pelo Ministério da Saúde e Ciência e Tecnologia. Essa ascendência foi notada em número de publicações, na qualidade das publicações, na qualidade de alunos brasileiros, na penetração dos cientistas brasileiros no mercado internacional de ciência. Isso era tudo muito claro. Era tangível. Você podia medir, ver.

Então, esse momento, que já vem desde 2015 [...] e depois, no governo Temer, a curva, eu chamo, é de ascensão e o crash da ciência brasileira. De repente, se puxou o tapete. [...] A conclusão é essa: é uma grande tragédia que compromete drasticamente a soberania do Brasil. Não agora, somente, mas em várias décadas que estão por vir ainda (NICOLELIS, 2019, s/p).

Mais de três décadas separam Nicolelis de Andrade. Entretanto, é possível observar que ambos se inscrevem em uma rede de significação que produz como efeito de sentidos a defesa da universidade pública, da ciência e da liberdade intelectual. Rede histórica. Nas palavras desses professores-pesquisadores, podemos observar o funcionamento do discurso *de*⁷ (ORLANDI, 1990), o discurso *da* universidade ou ainda *da* comunidade acadêmica. Aqui, desta posição-sujeito, os sentidos de “crise” comparecem, mas eles materializam nuances muito distintas daquelas que tem sido postas em circulação.

O dizer desses autores, cada um a seu tempo, coloca em funcionamento a memória discursiva *da* crise nas universidades públicas que, atualizada pelas respectivas condições de produção, ressignifica a frase-denúncia de Darcy Ribeiro na 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1977: “a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa” (RIBEIRO, 1986, p. 20).

Nesse movimento dos sentidos, temos o funcionamento da memória, ou melhor, o “trabalho da memória em perpétuo confronto consigo mesma. E é neste confronto da memória com a memória [...] que se aloja o vai e vem da interpretação, dos gestos de leitura e da força do imaginário” (ORLANDI, 2014, p. 2). Nesse sentido, a memória discursiva (ou interdiscurso) constitui, pois, “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2002, p. 33). As palavras de Orlandi nos conduzem a pensar que há um já-dito que permeia todo o processo de produção da linguagem e se coloca como componente fundamental para a compreensão do funcionamento discursivo, sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

À medida que observamos como a significação se produz, conseguimos relacionar os dizeres *de* e *sobre* a crise nas universidades a toda uma rede de filiação de sentidos que remete a uma memória e, assim, em sua historicidade, identificamos sítios de

⁷ Confira ORLANDI, E. P. Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

significância que, em dadas condições de produção, inscrevem-se em posições políticas e ideológicas determinadas. Desse processo, derivam sentidos polifônicos, plurais. Sentidos em efervescência que se engancham ao discurso *da* crise e/ou ao discurso *sobre a* crise. Em relação a esse funcionamento, Orlandi (1990, p. 44) estabelece que os discursos *sobre* são responsáveis pela institucionalização dos sentidos, pois

É no ‘discurso *sobre*’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso *sobre*’ é um lugar importante para organizar diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema etc.

Mariani (1996, p. 64), por sua vez, considera que os discursos *sobre* se constituem como discursos intermediários, pois “ao falarem sobre um discurso, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele” (MARIANI, 1996, p. 64, grifo nosso). Compreendemos assim que, ao se constituir nesta posição que produz o efeito de institucionalização dos sentidos (Orlandi, 1990), esses discursos *sobre* dão corpo aos sentidos, legitimando-os. Retomando nosso objeto de reflexão, entendemos então que esses discursos *sobre* a “crise” nas universidades constituem mecanismos importantes na (re)produção e na circulação da “política da crise”. Eles parecem funcionar silenciosamente. E assim, vão estabilizando sentidos, produzindo uma única versão.

Pela análise da memória discursiva, podemos observar que esses discursos *sobre* sempre estiveram em circulação. Talvez agora, dadas as condições de produção, eles tenham encontrado nas práticas de consenso um terreno fértil para se desenvolver. Mais uma vez, aqui, retomamos Darcy Ribeiro (1986, p. 20), para quem a crise educacional do Brasil não era necessariamente uma crise, mas sim um programa: “Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos”. Ou seja, essa “política da crise” já era anunciada nos discursos *de* (discurso *da* educação, discurso das universidades) desde os anos 1970. Eis que o “amanhã” de ontem é o agora de hoje, século XXI. O programa da crise já se instalou e foi discursivamente sendo construído pelos discursos *sobre*, pelos discursos autoritários que colocam em circulação as práticas de consenso. E o consenso, segundo Rancière (1996, p. 378-379),

O consenso é a pressuposição de uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir. [...] Em suma, o consenso suprime todo cômputo dos não-contados, toda parte dos sem-parte. Ao mesmo tempo, pretende transformar todo litígio político num simples problema colocado à comunidade e aos que a conduzem. Pretende objetivar os problemas, determinar a margem de escolha que comportam, os saberes requeridos e os parceiros que devem ser reunidos para sua solução. [...] O consenso então não é nada mais que a supressão da política.

Então, por que foi que cegamos?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Zildo. A crise na Universidade. Parte do discurso proferido por ocasião do recebimento do título de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia. In *Cadernos de saúde pública*. Rio de Janeiro: 1(3). Jul-Set, 1985.

MASSMANN Débora; MASSMANN Patricia. Reflexões sobre o “mito” da cegueira ou a construção de uma “política da crise”. *Crítica Cultural* – Critic, Palhoça, SC, v. 14, n. 2, p. 183-191, jul./dez. 2019.

- COLOMBINI, Esther. In: *El País*. Reportagem: Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html. Acesso em 28 set. 2019.
- MARIANI, Bêthania. Resenha da obra “Análise de discurso. Princípios e procedimentos”. In: *Revista da ANPOLL*, n. 8, p. 213-219, jan./jun. 2000.
- MARIANI, Bêthania. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1996.
- MASSMANN, D. O político na/da arte: Instituições, discursos, resistências. In ORLANDI, Eni.; MASSMANN, Débora; DOMINGUES, Andrea (orgs.). *Linguagem, instituições e práticas sociais*. Pouso Alegre: Univas, 2018.
- NICOLELIS, Miguel. Entrevista: Miguel Nicolelis: "O mundo está perplexo com o desmonte da educação no Brasil". In: *Brasil de fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/26/miguel-nicolelis-o-mundo-esta-perplexo-com-o-desmonte-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em 28 set. 2019.
- ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de leitura*. Da história no discurso. 4. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2014.
- ORLANDI, Eni. Educação em direitos humanos: um discurso. In: ROSA, Maria Godoy Silveira, et al. *Educação em direitos humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa (PB): Editora Universitária, 2007.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy e ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Textualidade*. Coleção Introdução às Ciências da Linguagem. Campinas (SP): Pontes, 2006.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. Princípios & procedimentos. 2.ed. Campinas (SP): Editora Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download>. Acesso em 20 ago. 2019.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio, no movimento dos sentidos*. 4.ed. Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas (SP): Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas (SP): Unicamp: 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de Leitura. Da história no discurso*. 4. ed. Campinas (SP): Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. “Análise Automática do Discurso (AAD-69)”. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Trad. Coletiva. Campinas (SP): Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas (SP): Unicamp, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In NOVAES, A. (Org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os riscos da razão*. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_jacques_ranciere.htm. Acesso em 21 set. 2019.
- RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SARAMAGO, José. *Discurso de José Saramago, por ocasião da apresentação pública do seu romance “Ensaio sobre a Cegueira”*. Disponível em: http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/saramago/apr_ens3.html. Acesso em 10 set. 2019.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.